



**A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E OS DESEMPENHO
FINANCEIRO E ECONÔMICO DE EMPRESAS ESTABELECIDAS NO BRASIL**

**THE CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND FINANCIAL AND
ECONOMIC PERFORMANCE OF COMPANIES ESTABLISHED IN THE BRAZIL**

Mariana Lourenção Peria

Universidade Estadual Paulista, SP, Brasil
malperia@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0367-2895>

David Ferreira Lopes Santos

Universidade Estadual Paulista, SP, Brasil
david.lobes@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0003-3890-6417>

Stela Basso Montoro

Universidade Estadual Paulista, SP, Brasil
stelamontoro@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0739-7798>

Resumo

Há um esforço crescente entre acadêmicos e segmentos empresariais em compreender a relação da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) com as estratégias empresariais e os seus reflexos no desempenho das organizações. Diferentes e controversos resultados têm sido reportados na literatura onde se evidencia uma lacuna teórica-aplicada quanto aos métodos e formas de mensurar a relação entre essas dimensões. Destarte, essa pesquisa analisa a influência investimentos relatados em RSC pelas empresas nos indicadores de desempenhos financeiro e econômico das empresas listadas na B3 para o período de 2013 a 2016. De forma diferenciada, explora-se uma estrutura ampla de indicadores relativos à RSC e os relaciona com métricas de desempenho financeiro e econômico, além de envolver quase que a totalidade das empresas de capital aberto no Brasil (358 firmas). As informações de RSC foram tomadas por meio de *disclosure* nos relatórios de gestão disponíveis de cada empresa. As métricas de desempenho foram calculadas a partir das demonstrações financeiras padronizadas. Os resultados foram construídos por meio da análise de regressão com dados em painel, sendo antecedidos por uma

análise descritiva dos indicadores de RSC. As evidências desse estudo demonstram que os indicadores de RSC não exercem influência significativa nas métricas de desempenho financeiro e econômico, contudo, em uma análise estratificada dos indicadores de RSC, observou-se efeito positivo e significativo da maior participação de mulheres e negros em cargos de gestão. Verificou-se, também, que há um processo de desenvolvimento, adaptação e entendimento das organizações sobre a RSC como um elemento estratégico ao negócio.

Palavras-chave: Sustentabilidade; IBASE; indicadores; socioambiental; balanço social.

Abstract

There is a growing effort among academics and business segments to understand the relationship of Corporate Social Responsibility (CSR) with business strategies and their impact on organizational performance. Different and controversial results have been reported in the literature showing a theoretical-applied gap in the methods and ways of measuring the relationship between these dimensions. Thus, this research analyzes the influence of CSR investment reported by companies on the financial and economic performance indicators of companies listed in B3 for the period 2013-2016. In a differentiated way, a broad structure of indicators related to CSR and relates them to financial and economic performance metrics and involves almost all public companies in Brazil (358 firms). The CSR information were taken through disclosure in the available management reports of each company. Performance metrics were calculated from the standardized financial statements. Results were constructed by regression analysis with panel data, preceded by a descriptive analysis of CRS indicators. Evidence from this study shows that CSR indicators do not have a significant influence on financial and economic performance metrics. However, a stratified analysis of CSR indicators showed a positive and significant effect of higher participation of women and blacks in senior positions. management. It was also verified that there is a process of development, adaptation and understanding of CSR organizations as a strategic element to the business.

Keywords: Sustainability; IBASE; Indicators; Socio-environmental; Social Balance Sheet.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a forma como as organizações interagem com os *shareholders*, a sociedade, o ambiente e os demais grupos com os quais possui relação ganha relevância e torna-

se um importante direcionador de valor para as organizações (Crisóstomo, Freire & Parente, 2014; Welzel, et al., 2017).

Nesse contexto, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) assumiu à agenda de empresas, entidades representativas e de regulação, bem como, abriu um debate acadêmico significativo e amplo em diversas áreas do conhecimento e em profundidade com o avanço de pesquisas empíricas (Teixeira, Nossa & Funchal, 2011; Silva, Freire & Silva, 2014).

A RSC é considerada como o modelo de gestão baseado na ética e transparência das organizações, com todos os públicos que mantém relação. As empresas que adotam este modelo de gestão determinam metas para impulsionar o desenvolvimento sustentável da sociedade, atentando-se para a preservação de recursos ambientais e culturais para as futuras gerações, além de respeitar a diversidade e promover a redução das desigualdades sociais (Ethos, 2011).

No corolário da RSC, a sustentabilidade se apresenta como mais um pressuposto a competitividade e a longevidade das empresas (Moretti & Campanário, 2009), cujo objetivo conflui à RSC, pois espera-se que a gestão tenha estratégias e práticas responsáveis com todas as partes interessadas (Bassetto, 2010; Guse et al., 2013).

Ainda que tenham princípios teóricos distintos os temas associados à RSC e a sustentabilidade empresarial convergiram para um eixo de ação único para as empresas, pois seria contraditório assumir uma postura de RSC e não ser sustentável, como o contrário é verdadeiro (Silva, Freire & Silva, 2014).

A discussão teórica e aplicada da RSC como um elo integrador da ética dedicada aos negócios, com a sustentabilidade está em conformação nos estudos empíricos (Silva et al., 2015; Cassol, Cintra & Luz, 2017) e na proposição de modelos que expressem de forma adequada as ações empresariais ao encontro da sustentabilidade (Welzel, et al., 2017; Cabral, Santo & Gomes, 2015).

É provável que uma das dificuldades em demonstrar a importância RSC para as empresas seja avaliar a relação do seu impacto no desempenho econômico e financeiro das organizações. Contrastar a perspectiva que a RSC é um custo ou que a sua adoção implica à perda de competitividade frente à concorrência é dos desafios à academia.

Apesar de não possuir um conceito ou uma estrutura de análise universal, diferentes estudos têm procurado analisar essa relação entre a RSC e o desempenho financeiro ou econômico. Citam-se como exemplo: López, Garcia e Rodriguez (2007) que objetivou a análise de RSC com indicadores contabilísticos; Tupy (2008) cujo objetivo foi a análise de desempenho econômico-financeiro de empresas através do Índice de Sustentabilidade (ISE) e Índice Brasil X (IBR-X); Lang e Maffett (2011) que investigaram os reflexos da crise financeira nas práticas

de RSC; Vanalle e Santos (2014) que analisaram as práticas de sustentabilidade na gestão da cadeia de suprimentos; Freguete, Nossa e Funchal (2015) que exploraram o desempenho financeiro de empresas socialmente responsáveis.

A seleção de pesquisas relatada no parágrafo anterior caracteriza um perfil de estudos em que se avalia uma amostra de empresas condicionadas a uma classificação de RSC e/ou sustentabilidade e um foco em indicadores de natureza financeira ou econômica. Diante disso, notou-se uma oportunidade de pesquisa, especificamente para o Brasil, que avaliasse a totalidade de empresas listadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, a Brasil, Bolsa e Balcão [B3].

Não obstante, houve o interesse em avaliar o impacto da RSC em indicadores de desempenho financeiro, isto é, aqueles retirados das demonstrações financeiras que refletem a influência no curto prazo e indicadores econômicos extrapolados a partir do desempenho das ações dessas empresas no mercado de capitais. Essa abordagem deve-se a premissa que o preço atual das ações reflete os resultados futuros esperados a valor presente das empresas, com efeito, pode ser uma medida de longo prazo.

Ademais a maioria das pesquisas voltam-se para indicadores específicos da RSC, ou seja, para uma análise somente social ou somente ambiental. Desta forma, essa pesquisa visa diferenciar-se apresentando uma análise mais ampla de indicadores sobre RSC e sua influência nos indicadores financeiros e econômicos. São analisadas as ações internas da companhia voltada para o bem-estar, qualidade de vida e desenvolvimento de seu corpo funcional; as ações externas às organizações visando identificar o comportamento destas perante à sociedade; as ações orientadas ao ambiente natural que buscam evidenciar como a organização lida com o ambiente natural em que está inserido e como reaproveita e utiliza em sua cadeia produtiva, práticas de proteção sustentáveis e ações objetivando a definição e identificação do perfil organizacional.

Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar a influência das informações referentes à RSC relatadas pelas empresas nos indicadores desempenhos financeiro e econômico das companhias listadas na B3 no período de 2013 a 2016. Adicionalmente, entende-se como relevante apresentar no curso desses períodos resultados descritivos das informações sobre a evolução da RSC, ao nível das empresas, e setores, como forma de melhor elucidar e compreender os resultados do modelo de regressão.

As contribuições desse estudo endereçam para uma maior compreensão do estágio atual da RSC nas empresas estabelecidas no Brasil e a influência dessa dimensão no desempenho

financeiro e econômico. Entende-se que esses resultados podem suscitar reflexões relevantes para a área de administração e de negócios, sendo este o foco de estudo desta pesquisa.

2. Material e método

Trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa com finalidade descritiva e aplicação empírica. Essa perspectiva metodológica foi motivada pelo objetivo da pesquisa que pretende analisar a influência dos investimentos relatados pelas empresas em RSC nos seus indicadores de desempenho financeiro e econômico.

A amostra abrange todas as empresas de capital aberto, com ações negociadas na B3 em situação “Ativa” para o período de 2013 a 2016. Como o levantamento de dados para a pesquisa ocorreu entre junho de 2017 e fevereiro de 2018, limitou-se o ano em 2016. Considerando que as empresas no Brasil, começaram a publicar suas informações financeiras segundo as normas internacionais em 2010, considerou-se o intervalo entre 2010 e 2016 para o levantamento de dados. No entanto, a elevada volatilidade do mercado de capitais entre os anos de 2010 e 2012 por fatores internos e externos ao Brasil, bem como, a maior disponibilidade de empresas e dados, decidiu-se pelo corte temporal de 2013 a 2016.

Para efeito desta pesquisa, os indicadores financeiros e econômicos foram extraídos do Sistema Economatica[®]. Determinou-se três variáveis de interesse para a dimensão financeira (Equações 1, 2 e 3) e uma variável para a dimensão econômica (Equação 4). Foi utilizado logaritmo natural da receita para controlar o efeito tamanho das empresas (Equação 5).

$$\text{Margem Operacional} = \frac{\text{EBIT}}{\text{Receitas líquidas}} \quad (01)$$

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad (02)$$

$$\text{ROI} = \frac{\text{NOPAT}}{\text{Investimento}} \quad (03)$$

$$\text{P/VPA} = \frac{\text{Preço de Mercado}}{\text{Valor Patrimonial}} \quad (04)$$

$$\text{Log_Receita: } \ln(\text{Receita}) \quad (05)$$

Sabe-se que há um elevado número de indicadores de desempenho financeiro e econômico, disponível na literatura. Todavia, assumiu-se o princípio da parcimônia para que os resultados fossem os mais concisos possíveis. Assim, foram eleitos aqueles que se apresentam como os principais indicadores de desempenho financeiro, associados a lucratividade do empreendimento (Margem Operacional) e a rentabilidade (ROI e ROE) (ASSAF NETO, 2014;

SANTOS, 2012). Para mensurar os resultados econômicos valorizou-se o Preço sobre o Valor Patrimonial, pois ao contrário do Preço sobre Lucro (P/L) – também muito utilizado no mercado, esse indicador tem um comportamento com menor heterogeneidade, pois o valor patrimonial das ações não é tão volátil frente o lucro por ação (PINHEIRO, 2014).

Os indicadores de RSC utilizados no modelo empírico estão definidos nas equações de 6 a 11:

$$\text{Governo} = \frac{\text{DVA destinado ao Governo}}{\text{DVA Total}} \quad (06)$$

$$\text{Funcionários} = \frac{\text{DVA destinado aos Funcionários}}{\text{DVA Total}} \quad (07)$$

$$\text{Terceiros} = \frac{\text{DVA destinado a Terceiros}}{\text{DVA Total}} \quad (08)$$

$$\text{Chefia} = \% \text{ de mulheres em cargos de chefia} + \% \text{ de negros em cargo de chefia} \quad (09)$$

$$\text{RSC} = \frac{\text{Inv. Sociais Internos} + \text{Inv. Sociais Externos} + \text{Inv. Ambientais}}{\text{Receita Líquida}} \quad (10)$$

$$\text{CS} = \frac{\text{Total das Contribuições para a Sociedade}}{\text{Receita Líquida}} \quad (11)$$

Onde,

DVA – Distribuição de Valor Adicionado

Inv – Investimento

CS – Contribuições para a Sociedade

A seleção dessas variáveis tomou como partida o modelo do Balanço Social IBASE que congrega 4 (quatro) macro áreas: Social Interno, Social Externo, Ambiente Natural, Corpo Funcional (Soares, Lanzarin & Casagrande, 2010; IBASE, 2016). A construção dos indicadores das Equações 6, 7 e 8 foi possível a partir das Demonstrações de Valor Adicionado; todo os valores contabilizados foram apurados individualmente nas demonstrações das empresas, pois não estão disponíveis no Sistema Economatica[®]. Não obstante, para as informações concernentes aos cálculos dos indicadores 9, 10 e 11 os dados foram retirados por meio da evidenciação em relatórios de gestão acessórios (Relatório de Gestão, Relatório de Sustentabilidade ou Balanço Social).

As informações foram organizadas em planilhas eletrônicas que permitiram a construção de resultados descritivos para as variáveis estudadas, especialmente as de RSC em que se avaliou a evolução no tempo e os setores mais destacados para cada dimensão. Nesta etapa, utilizou-se os dados das 358 empresas, sendo que aquelas que não apresentavam informações em alguma das variáveis não eram computadas.

Na sequência, foram selecionadas 20 empresas das 358 analisadas que apresentaram informações para todas as variáveis em todo o período, totalizando 80 observações em um painel balanceado. Esses resultados permitiram analisar, para esse grupo de empresas, a influência dos indicadores de RSC nos indicadores financeiros e econômico. Empregou-se o método de análise de regressão múltipla com dados em painel, conforme equação (12).

$$Y_{i,t} = \alpha_i + \beta X1_{it} + \beta X2_{it} + \dots + \beta Xn_{it} + u_{i,t} \quad (12)$$

Onde,

Y - variável dependente (usou-se os indicadores das Equações 1, 2, 3 e 4).

Xn - variáveis independentes (usou-se os indicadores das Equações 5 a 11)

α - Intercepto

β – Coeficientes parciais da regressão

u = termo de erro.

i = expressa o resultado de cada empresa em cada ano analisado (t)

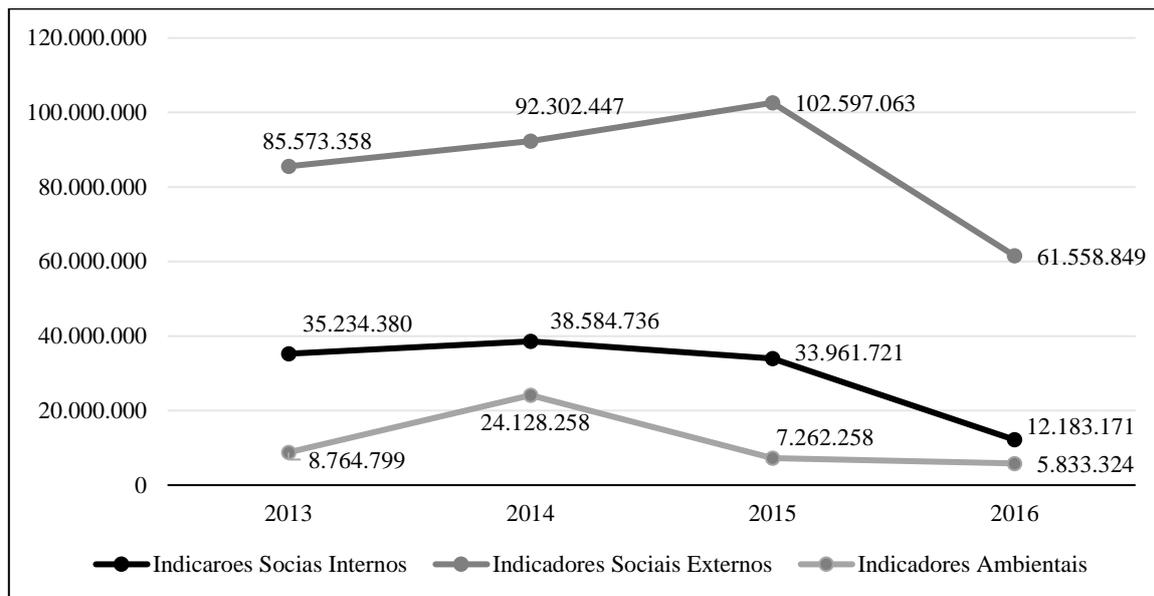
A Equação 12 expressa um modelo abrangente para regressão com dados em painel, considerando “efeitos fixos”, isto é, o intercepto capta as diferenças entre as empresas, por meio de variáveis *dummies* (Gujarati, 2006). Contudo, em razão da quantidade limitada de observações (80) e a constatação de heteroscedasticidade, utilizou-se o modelo de regressão com dados em painel com a técnica de Mínimos Quadrados Ponderados (MQP) para corrigir a ausência de homocedasticidade. O uso dessa ferramenta também corrige a eventual presença de correlação serial (Gujarati, 2006).

Por fim, para avaliar a qualidade do ajuste do modelo foram utilizados os coeficientes de determinação R^2 e o R^2 ajustado e a Estatística F para diagnosticar a consistência do modelo proposto, em que hipótese nula é um modelo mal especificado. Para avaliar a significância estatística das variáveis foi realizado o teste t, em que a hipótese nula é a não significância da variável. Para essa análise considerou-se o limite de 90% de confiabilidade (Gujarati, 2006).

3. Resultados e discussões

Os resultados de investimentos agregados das três primeiras macro áreas do modelo IBASE, podem ser observados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Indicadores de RSC da amostra selecionada para o período entre 2013 e 2016



Fonte: elaboração própria

A primeira macro área conforme modelo IBASE é a de indicadores sociais internos, que demonstram como a organização cumpre suas obrigações trabalhistas, investe na melhoria das condições de trabalho, na capacitação e influência na qualidade de vida de seus funcionários (Taiarol, Raimundini & Behr, 2011).

Durante o período analisado, identificou-se uma linearidade no número de organizações que divulgam ações internas. Das 358 selecionadas, 65,5 empresas divulgam anualmente informações relacionadas ao assunto, ou seja, 18,3%.

O maior índice ocorre no ano de 2014 (Gráfico 1), pois a companhia Biosev divulgou o valor total investido com funcionários, enquanto, nos outros períodos optou apenas pela divulgação de algumas ações tomadas.

Na análise setorial, observou-se que os Bancos e empresas de Energia Elétrica como líderes em investimentos sociais internos, representam 70,4% da amostra analisada, porém, apesar de apresentarem os valores mais significantes, os setores de Agricultura e Extração de Petróleo e Gás são os que mais destinam dinheiro a estes investimentos, quando comparado com as respectivas receitas. Para os 20 primeiros ramos de maior representatividade, os setores de mineração de metais, Indústria de bebidas e Indústria Química são os que investem a menor parcela das respectivas receitas com investimentos internos.

A segunda macro área analisada foi a de Indicadores Sociais Externos, que reflete o comportamento das instituições perante a sociedade e sua influência em educação, cultura, saúde, entre outros. São os investimentos privados e voluntários voltados para agentes externos, definidos visando atender os objetivos e interesses da corporação (Santos & Silva Júnior, 2013).

O maior valor identificado de investimentos externos ocorre em 2015 (Gráfico 1), impulsionado pelas empresas do setor de energia Cemig e Copel que apresentam valores superiores para este ano, devido aos tributos arrecadados, que são considerados no modelo IBASE como Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais e totalizam o valor das contribuições para a sociedade (IBASE, 2016).

A análise setorial demonstra uma concentração dos investimentos nos setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Bancos, estes três setores apresentam-se como os setores mais interessados e engajados na publicação de investimentos sociais internos e externos à organização.

A terceira macro área analisada foi de Investimentos no Ambiente natural, que abrange os dispêndios feitos para a manutenção, conservação e preservação do meio natural. Envolve gastos com projetos relacionados à atividade da empresa e engloba também os projetos ambientais externos, não relacionados à sua atividade fim (IBASE, 2016).

O ano de 2014 (Gráfico 1) apresentou o maior valor de investimentos impulsionado pela empresa de Telecomunicações Oi, que tem um aumento significativo no período devido à nova política de Gestão Ambiental, com a definição da área de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, conforme anunciado no Relatório Anual de Sustentabilidade de 2014 da organização.

Os investimentos ambientais para o período analisado apresentam queda de 33%, de 2013 para 2016, com uma média de 65 empresas por ano. Em comparação com os Indicadores Sociais Internos e Externos, a área de Meio Ambiente possui o menor valor divulgado, o que indica o foco em investimentos voltados em primeiro lugar para a comunidade, em seguida para o corpo funcional por último para ações ambientais.

Os investimentos ambientais são bastante concentrados em três ramos: Telecomunicações, Energia Elétrica e Mineração de metais, sendo esta última impulsionada por apenas uma única empresa: a Vale. A análise de divisão setorial demonstra que os setores de Transporte aéreo, Telecomunicações e Água, esgoto e outros sistemas são os que mais destinam parte da receita para tais investimentos.

Na sequência, os resultados de cada uma das dimensões são apresentados de forma detalhada, tendo em vista, a elevada heterogeneidade de ações e informações relatadas pelas empresas. Também são apresentadas as informações referentes a quarta macro área do modelo IBASE que corresponde às características do Corpo Funcional.

3.1 Indicadores Sociais Internos

Na análise de porcentagem da receita, identificam-se os indicadores mais representativos como principais destinadores de parte da receita em ações internas, sendo estes “Encargos sociais e compulsórios”, “PLR” “Alimentação”, “Saúde” e “Previdência Privada”. A Tabela 1 sintetiza os 11 indicadores, a representatividade e a relação dos mesmos com a receita.

Tabela 1 – Representatividade dos Investimentos Sociais Internos

Indicador	Total	% Receita	Representatividade
Encargos sociais e compulsórios	41.143.850	2,2%	34,3%
PLR	16.622.867	0,9%	13,9%
Alimentação	16.197.781	0,9%	13,5%
Saúde	13.271.107	0,7%	11,1%
Previdência Privada	12.844.477	0,6%	10,7%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.740.929	0,3%	7,3%
Outros	7.146.068	0,4%	6,0%
Segurança e saúde no trabalho	1.563.106	0,1%	1,3%
Creches ou auxílio-creche	1.271.024	0,1%	1,1%
Educação	808.151	0,0%	0,7%
Cultura	354.647	0,0%	0,3%
Total	119.964.009	-	100,0%

Fonte: elaboração própria

Para a amostra selecionada, observou-se concentração no indicador “Encargos sociais e compulsórios” para os quatro anos analisados, totalizando 34,3% dos valores. Tal fato demonstra o foco das organizações na divulgação do cumprimento de seus deveres legais com seus respectivos funcionários. Os demais itens, os quais compõe indicadores não caracterizados como obrigаторiedades, totalizam 65,7% dos valores apresentados.

Para estes indicadores, a “Participação nos lucros ou resultados” (PLR) e “Alimentação” ocupam o segundo e terceiro lugar, respectivamente. A “PLR” é apresentada nos relatórios em valor monetário, e o indicador “Alimentação” é apresentado em valores destinados aos refeitórios internos e benefícios na forma de cartões de vale-alimentação. Juntamente com os recém citados, “Saúde” e “Previdência Privada” compõe os indicadores com os maiores saldos identificados e que são apontados como benefícios que atendem às necessidades humanas básicas e que as organizações tendem a ofertá-los, uma vez que teriam de ser comprados com o salário recebido (Santos et al., 2013).

Os indicadores de “Educação” e “Cultura” possuem a menor representatividade no valor total, o que não indica uma menor atenção destinada a estes dois assuntos, constata-se nos Relatórios de Sustentabilidade, que as principais ações de “Educação” e “Cultura” são o pagamento de cursos de graduação e pós-graduação, investimentos em diversidade cultural, peças e instituições musicais e teatrais.

Apesar de não ser classificado como um dos indicadores mais representativos, é importante ressaltar que o indicador “Outros” é composto principalmente por valores com vale-transporte e seguro de vida.

3.2 Indicadores Sociais Externos

A análise de percentual da receita aponta os indicadores “Outros”, “Educação” e “Cultura” como os setores que recebem maior percentual de receita. Os indicadores “Esporte”, “Saúde e Saneamento” compõe os setores que recebem menos direcionamento de receita. A Tabela 2 apresenta os indicadores com as respectivas porcentagens de receita e representatividade.

Tabela 2 – Representatividade dos Investimentos Sociais Externos da amostra para o período de 2013 a 2016 (em R\$ mil)

Indicador	Total	% Receita	Representatividade
Tributos (excluídos encargos sociais)	309.292.298	21,5%	90,3%
Outros	11.956.319	0,4%	3,5%
Educação	9.012.517	0,2%	2,6%
Cultura	4.781.650	0,2%	1,4%
Esporte	2.917.216	0,1%	0,9%
Saúde e Saneamento	2.836.159	0,1%	0,8%
Combate à fome e segurança alimentar	1.667.047	0,1%	0,5%
Total	342.463.206	-	100%

Fonte: elaboração própria

Identifica-se nos relatórios de sustentabilidade analisados, que o item de maior relevância é o de “Tributos (excluídos encargos sociais)”, com aproximadamente 90,3% de representatividade frente o valor total. Trata-se de valores não voluntários referentes a impostos pagos ao governo e que, em algum momento, serão direcionados pelo mesmo para a sociedade. O conceito de sustentabilidade definido para o presente trabalho, considera que a RSC são iniciativas de opção própria por parte das empresas, desta forma, o item em questão não será foco de análise.

Para os demais itens, que se referem a investimentos e ações voluntárias, os indicadores “Outros” e “Educação” aparecem com maior representatividade, somando 6,1% em relação à base. O indicador “Outros” é apresentado nos relatórios de duas maneiras: a primeira é no totalizador deste item no relatório IBASE; e a segunda, para as empresas que optam por não utilizar este modelo, aparecem com maior frequência os investimentos em empoderamento feminino – projetos que visam o desenvolvimento da mulher, principalmente em comunidades carentes – reformas e melhorias de espaços públicos e infraestrutura – muito presente nas empresas do setor energético – e Direitos Humanos. Para o indicador “Educação” contempla investimentos monetários referentes a bolsas de estudo, melhorias e construção de escolas, desenvolvimento de bibliotecas e oferta de cursos profissionalizantes.

Os indicadores de menor representatividade são, respectivamente, “Saúde e Saneamento” e “Combate à fome e segurança alimentar”. Os investimentos em “Saúde e Saneamento” estão presentes principalmente nas organizações do setor de Abastecimento de água e, não necessariamente indicam que este assunto não é foco de investimento, uma vez que são apresentados em metros de tubulações criados ou número de comunidades atingidas, dificultando assim a quantificação em valores monetários. O indicador “Combate à fome e segurança alimentar” não apresenta relevância nos relatórios de sustentabilidade e apresenta-se como a área de menor investimento, o que indica que este item não é o centro de atenção no quesito de RSC.

3.3 Indicadores para o Ambiente Natural

Nos relatórios analisados, observa-se uma representativa tendência na aplicação de investimentos em ambiente natural associados à atividade fim das organizações, sendo este indicador aproximadamente 951% superior ao investimento em projetos externos, conforme evidenciado na Tabela 3.

Tabela 3 – Representatividade dos Investimentos Sociais Externos da amostra para o período de 2013 a 2016 (em R\$ mil)

Indicador	2013	2014	2015	2016
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	7.229.343	23.401.435	6.535.764	4.891.183
Investimentos em propagandas e/ou projetos externos	1.535.455	726.823	726.494	942.140
Total	8.764.799	24.128.258	7.262.258	5.833.324

Fonte: elaboração própria

Conforme divulgado nos relatórios inspecionados, os investimentos voltados para a produção e operação consistem no tratamento de resíduos produzidos, redução da energia elétrica consumida, condicionamento de cartuchos, economia e tratamento de água e reflorestamento de áreas utilizadas. Ademais, algumas empresas apresentam investimentos específicos relacionados ao setor em que atuam, como exemplo: a Biosev, do setor de agricultura, adota medidas de reutilização da água, visto que faz parte do negócio da empresa o transporte, armazenamento e aplicação de vinhaças e águas residuárias, os quais têm impactos sobre a biodiversidade, afetando a poluição e mudanças nos processos ecológicos; a Celesc, empresa de fornecimento e distribuição de energia elétrica através de hidrelétricas, atua na manutenção do regime hidrológico, fauna e flora da região do norte de Santa Catarina para garantir um abastecimento regular das represas que acumulam a água utilizada nas usinas da região; as atividades da empresa de transporte aéreo Gol impactam diretamente no consumo de querosene de aviação e, para mitigar o impacto causado pelo uso deste combustível fóssil, a companhia investe na eficácia e redução do consumo e em pesquisas para o desenvolvimento de biocombustíveis; por último, a empresa de abatedouros Marfrig trabalha no desenvolvimento de métodos de reduzir a emissão de metano, principal gás contribuinte com o efeito estufa, visto que a pecuária é considerada a emissora de metano.

Para os investimentos não relacionados com a atividade fim da empresa estão os investimentos com proteção florestal e cuidados com animais, alguns em extinção.

Outro indicador de análise para a área de Ambiente natural são as metas anuais, que evidenciam a porcentagem atingida de acordo com as diretrizes definidas pela companhia. Observa-se que, das empresas analisadas, apenas 93 delas divulgam o atingimento entre o período de 2013 a 2016, conforme demonstra a Tabela 4.

Tabela 4 – Número de empresas conforme atingimento de metas

Ano	cumprido de 0% a 50%	cumprido de 51% a 75%	cumprido de 76% a 100%	não possui metas
2013	4	5	14	11
2014	1	3	15	9
2015	0	1	12	7
2016	0	0	7	4
Total	5	9	48	31

Fonte: elaboração própria

Através da análise, observa-se que 51,6% das empresas concentram-se na faixa entre 76% a 100% de atingimento, seguido pelas empresas não possuem meta definida, com 33,3% do número total de empresas. O grupo das empresas que cumprem de 0% a 50% das metas

apresenta-se com menor representatividade, o que indica o engajamento das empresas em atingir as metas estabelecidas. Fato relatado também por Guse et al 2019, os quais demonstraram o desempenho satisfatório, de 10 grandes empresas brasileiras, ao analisarem os escores da dimensão ambiental das mesmas.

3.4 Indicadores do Corpo Funcional

Para as empresas analisadas, observa-se uma linearidade no número de funcionários divulgados entre 2013 e 2016, não sendo identificadas oscilações significantes para o período.

Utilizamos o indicador de *Turnover*, calculado através da variação entre o número de funcionários do ano em questão em relação ao ano anterior, para evidenciar e mensurar a variação no período, conforme demonstra a Tabela 5. Nota-se que o exercício de 2016 apresenta a maior variação, em valores absolutos, e que a maior redução no quadro de funcionários ocorre de 2014 para 2015.

Tabela 5 – Número de funcionários e Turnover da amostra para da amostra para o período de 2013 a 2016 (em R\$ mil)

Ano	Nº de empregados(as) ao final do período	Turnover
2013	1.110.070	
2014	1.092.779	-1,58%
2015	1.069.657	-2,16%
2016	1.147.851	6,81%
Total	4.420.357	-

Fonte: elaboração própria

Ademais, para análise deste segmento, definimos seis indicadores a fim de mensurar e caracterizar a composição do corpo funcional presente nas empresas da amostra analisada, a Tabela 6 sintetiza todos eles.

Tabela 6 – Composição do corpo funcional da amostra para o período de 2013 a 2016

Ano	% terceirizados	% estagiários	% de empregados(as) acima de 45 anos	% de mulheres	% de negros(as)	% de pessoas com deficiência ou necessidades especiais
2013	69,9%	1,9%	16,4%	35,6%	18,2%	1,4%
2014	63,6%	2,6%	15,2%	34,1%	13,8%	1,4%
2015	56,2%	3,4%	12,5%	29,8%	13,2%	1,5%
2016	28,0%	1,6%	3,8%	37,6%	9,7%	1,2%

Fonte: elaboração própria

Observa-se que os funcionários terceirizados são a maioria na composição do quadro de funcionário, ou seja, as organizações analisadas demonstram a propensão à terceirização. Para os relatórios inspecionados, nota-se que os serviços de limpeza, manutenção, refeitório e consultorias diversas são os que aparecem com maior frequência. No entanto, apesar da tendência pela terceirização, o percentual deste indicador apresenta queda para o período analisado, saindo de 69,9% em 2013 para 28,0% em 2016.

Os estagiários perdem representatividade dentro do período analisado. O número deste tipo de contratação oscila, atingindo 3,4% do total de funcionários em 2015 e caindo para 1,6% em 2016. A participação dos estagiários é pouco expressiva, contemplando uma média de 2,38% do quadro total de funcionários. Nos relatórios inspecionados, constata-se que o setor bancário e de Geração de Energia Elétrica são os que mais possuem estagiários ativos.

A faixa etária que compõe o corpo funcional da amostra analisada é constituída de, em média, 11,98% de pessoas acima de 45 anos. Para os exercícios analisados, é identificada uma queda de 76,8% entre o primeiro e último ano. Tal informação, demonstra que o corpo funcional tende a ficar mais jovem e as pessoas acima desta idade passam a perder representatividade dentro do corpo funcional.

A composição de gênero é dominada pelo sexo masculino para todos os anos analisados, chegando a 70,2% no ano de 2015. Os setores com maior predominância feminina superior à masculina são Laboratórios de exames médicos – com 79,8% de presença feminina, Loja de artigos para saúde e cuidados pessoais, Comércio atacadista de bens não duráveis variados e Indústria de computadores e periféricos. Em contraponto, os setores de maior presença masculina são os que exigem mão-de-obra pesada: Indústria química, Transformação de aço em produtos de aço, Transporte rodoviário e Indústria de equipamentos aeroespaciais.

A presença de negros tem média de 13,73% da composição total de funcionários. A composição apresenta queda de 46,7% quando comparado o ano de 2013 para 2016. Identificase que os setores de Lojas de departamentos, Locadoras de automóveis, Empresas de eletricidade, gás e água e Indústria de parafusos, arruelas, porcas e produtos torneados são os que mais possuem presença negra em seu quadro de funcionários. Os setores de Indústria de computadores e periféricos, Transporte aéreo regular e Indústria de outros produtos de minerais não metálicos possuem a menor representatividade de negros.

Por legislação – Lei 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas – de acordo com o número de funcionários por empresa, há um percentual definido para a obrigatoriedade do preenchimento de vagas por pessoas com deficiência (PCD (Santos, 2017)). As empresas analisadas possuem a taxa de obrigatoriedade de 5% e, em nenhum nos anos analisados a média ficou equivalente ou superior a este valor. A média para os quatro anos é de 1,38% e o ano que mais se aproxima à taxa definida por lei é 2015, com 1,50%. Tais indicadores evidenciam que em virtude do grau de efetividade das normas, a inclusão social esperada ainda não é alcançada.

Na análise dos seis indicadores definidos, constata-se que o perfil majoritário do corpo funcional apresenta as seguintes características: predominância da terceirização, pouca representatividade de contrato com estagiários, predomínio da faixa etária inferior a 45 anos e do sexo masculino, inferioridade da presença da raça negra e o não atingimento da porcentagem mínima definida na Lei de Cotas.

Ademais, são analisados mais dois indicadores que ilustram a composição dos cargos de gerência: % de cargos de chefia ocupados por mulheres e % de cargos de chefia ocupados por negros, conforme demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7 – Composição dos cargos de gerência da amostra para o período de 2013 a 2016

Ano	% de cargos de chefia ocupados por mulheres	% de cargos de chefia ocupados por negros
2013	20,9%	7,9%
2014	21,0%	8,7%
2015	19,2%	6,8%
2016	21,3%	9,9%

Fonte: elaboração própria

Para todo o período analisado, apresenta-se a não predominância do sexo feminino cargos de gerência. Apesar de históricas, as desigualdades de gênero no ambiente corporativo ainda persistirem. O sexo feminino vem acumulando conquistas importantes no mercado de

trabalho (Hryniewicz & Vianna, 2018), evidenciado pelo leve aumento no percentual de ocupação feminina para o período analisado. O setor de Loja de roupa é o único cujos cargos de gerência são compostos majoritariamente por mulheres, sendo estas responsáveis por 55,7% dos cargos. Por outro lado, os setores com menor presença feminina são Indústria de outros produtos de minerais não metálicos, Indústria de motores, turbinas e transmissores de energia e Indústria de papel, celulose e papelão.

Para a análise de percentual de negros, também identifica-se baixa presença desta classe em níveis gerenciais. Os negros, no Brasil, desde a abolição da escravidão tiveram grandes dificuldades na inserção do mercado de trabalho assalariado, porém, estudos que visam analisar a manifestação da população negra observa a evolução do engajamento e atuação desta no mercado de trabalho (Verlindo & Campelo, 2018). Os relatórios de sustentabilidade analisados seguem o comportamento propostos pelos estudos, pois, apesar da participação dos negros em cargos de gerências ser minoria, é apresentada um aumento gradual entre 2013 e 2016. Através dos relatórios, identifica-se que o setor de Locadora de automóveis possui 53,1% do quadro de gerência compostos por negros e os setores de Atividades auxiliares ao transporte rodoviário e Atividades auxiliares ao transporte rodoviário com menor presença dos mesmos.

Apesar de discreta, observa-se uma evolução na presença destas duas classes e desta forma, é possível observar que os cargos de gerência são compostos majoritariamente por homens não negros.

3.5 Análise por regressão com dados em painel

A fim de analisar a relação dos indicadores de sustentabilidade com os indicadores financeiros e econômicos e atender ao objetivo proposto do presente trabalho, realizou-se uma análise estatística, através do *software* de análise multivariada GRETL 1.9.1. (GNU *Regression Econometric and Times Series Library*). Os indicadores de sustentabilidade utilizados foram aqueles que incorporam o modelo IBASE, segregando-os nas categorias em que são apresentados: indicadores sociais internos, sociais externos e indicadores do ambiente natural. Para os indicadores financeiros foram considerados ROE, ROI e Margem EBIT, além do indicador de Preço_VPA para indicador econômico.

A amostra utilizada corresponde às 20 empresas, dentre as 358 que consideramos como base para o estudo, que apresentaram informações para todas as dimensões no período entre 2013 e 2016, sumarizando 80 observações. Empregou-se o método de análise de regressão múltipla com dados em painel com uso dos mínimos quadrados ponderados (MQP).

É importante ressaltar que foram buscadas as variáveis relacionadas à RSC com maior nível de correlação com os indicadores financeiros e econômico, para que, desta forma, fosse possível desenvolver e criar uma perspectiva estatística sobre o comportamento das mesmas. A Tabela 8 apresenta estas variáveis obtidas e os respectivos coeficientes com as três variáveis dependentes relativas ao desempenho financeiro (Margem EBIT, ROE e ROI) e para o desempenho econômico (Preço_VPA).

Tabela 8 – Coeficientes das regressões da RSC sobre os desempenhos financeiro e econômico da amostra de 20 empresas e os testes de especificação do modelo

Indicadores	Margem EBIT	ROE	ROI	Preco_VPA
Constante	-0,0357805	-0,397896	-0,0296451	0,623254
DVA Governo	-0,112613 ^Φ	-0,138318	-0,118499 ^Φ	0,481151
DVA_Funcionários	-0,160583 ^Φ	-0,442057 ^Φ	-0,161023 ^Φ	-2,91390 ^Φ
DVA_Terceiros	0,000366	0,011216 ^Ω	0,000322	0,00207938 ^Ω
Chefia_MN	0,053041 ^Ω	-0,0328218	0,05646 ^Φ	-2,93747
Invest em RSC	-0,0179064	0,011431	-0,0191725	0,0268334
Log_Receita	0,010164 ^Ω	0,04261 ^Ω	0,00989 ^Ω	0,150304
CS_RL	0,016207	-0,107639	0,022019	-2,52761*
R ²	0,353619	0,407364	0,426472	0,261724
R ² Ajustado	0,290777	0,349746	0,370712	0,189947
Estatística F	5,627068	7,070143	7,648381	3,646351
p-valor	0,000033	2,04e-06	6,97e-07	0,002017

Notas: 1. Informações extraídas do Gretl; 2. Φ significância > 99%; Ω Significância > 95%; * Significância > 90%

Fonte: elaboração própria

Através das análises realizadas, observou-se que o indicador sustentável de maior influência positiva com as variáveis financeiras de Margem EBIT e ROI foi o percentual de mulheres e negros em cargos de posição de chefia. Historicamente, a presença de mulheres e negros no mercado de trabalho passou por muita resistência até conseguirem estabilidade e aceitação (Hryniewicz & Vianna, 2018), porém, no último século o ritmo das novas gerações e a formalização do trabalho com carteira assinada foram responsáveis pelo aumento da participação destes no cenário empresarial (Verlindo & Campelo, 2018).

A importância identificada de mulheres e negros em cargos de gerência pode estar associada às práticas atuais de gestão de diversidade, que visam a formação de equipes heterogêneas em termos biográficos – gênero e idade – quanto subjetivo – personalidade,

educação e valores. A gestão da diversidade teve seu desdobramento iniciado pelo aumento da diversificação da mão de obra devido à inserção de novas classes no mercado de trabalho, conforme mencionado acima, e pela busca de maiores vantagens competitivas (Alves & Silva 2004).

A influência demonstra que as políticas de diversidade organizacional ocorrem de forma ativa e que, além de mulheres e negros estarem efetivamente presentes no ambiente corporativo, eles ocupam também os cargos de chefia, apresentando efeitos positivos nos indicadores de desempenho financeiro das organizações quando assumem estes postos de trabalho.

O indicador *Log_Receita* apresenta-se também com alta influência positiva com os três indicadores financeiros. Os indicadores financeiros, utilizados para tomada de decisão, avaliação de desempenho e valorização de empresas, possuem total interdependência com os elementos patrimoniais do ativo, passivo e resultado, sendo que a receita é uma das variáveis de maior impacto direto nos resultados ou com efeito moderador (Braga et al., 2011; Santos, 2012). Desta forma, a elevada influência identificada confirma a influência da receita nestes indicadores e ilustra a performance financeiras e o porte da amostra utilizada. Para o indicador econômico, não foi possível identificar correlação significativa.

Outros indicadores que apresentam expressivo impacto são os referentes à Demonstração de Valor Adicionado (DVA). Constatou-se que os percentuais destinados ao Governo, Funcionários e Terceiros impactam de forma negativa e significativa nos desempenhos financeiro e econômico das organizações. Tal fato pode estar associado ao desembolso destes valores e sem identificação e mensuração dos retornos obtidos. Pode-se citar como exemplo o pagamento de impostos, salários e obrigações sociais.

A análise estatística de maior interesse refere-se àquela que busca responder ao objetivo do presente trabalho. A literatura traz diversos autores que defendem a visão do retorno positivo em investimentos em sustentabilidade, porém, a análise realizada aponta o contrário. Em relação ao aspecto financeiro, não foram identificadas influências expressivas entre estes indicadores com os indicadores sustentáveis. Constatou-se então, que estatisticamente os investimentos em RSC não exercem influência significativa nos indicadores de desempenho financeiro.

Quando analisamos os indicadores sustentáveis com indicadores econômicos é identificada expressivo impacto negativo, demonstrando que, estatisticamente, os investimentos em RSC não contribuem para uma performance mais competitiva e rentável. Em contra partida, o estudo de Garcia & Lopes (2017) demonstra que para muitos consumidores as empresas de sucesso necessitam obrigatoriamente preocuparem-se com problemas sociais e não apenas

exclusivamente com a rentabilidade, pois poderão ser preteridas quando comparadas a outras com maior envolvimento nos problemas da comunidade.

Desta forma, a expectativa proposta de que os investimentos em RSC contribuem para uma melhor performance organizacional é rejeitada. Este resultado pode estar associado à uma gestão de RSC ainda em desenvolvimento e que passa por uma fase de adaptação e entendimento por parte das organizações. A busca por um posicionamento relacionado ao tema ainda é um assunto recente e as empresas nacionais possivelmente não endossaram o tema como um diferencial e componente de sua estratégia (Moretti & Campanário, 2009). A RSC é vista como um requisito de obrigação legal ou ações voltadas ao assistencialismo e caridade, não possuindo um perfil consolidado e nem conhecimento tangível dos benefícios futuros por parte das organizações. Apesar de não consolidada, a RSC vem apresentando destaque e as organizações buscam por políticas e ações voltadas ao assunto (Fernández, Bertin & Pineaur, 2015), a fim de criar um componente de estratégia, criação de valor e incorporação no portfólio (Nicolau & Simaens, 2007).

4. Considerações finais

A partir dos dados analisados neste estudo pode-se concluir que a macro área de maior investimento é a de Sociais Externos, seguida por Sociais Internos e por último Meio Ambiente, o que indica o foco em investimentos voltados em primeiro lugar para a comunidade, em seguida para o corpo funcional por último para ações ambientais. Notou-se uma queda dos investimentos voltados à RSC para as quatro macros no período analisado e, conforme inspeção dos relatórios de sustentabilidade, é possível assegurar que tal diminuição não está associada a menor preocupação com o assunto e sim a nova maneira de apresentação dos indicadores. Observou-se uma tendência na apresentação destes indicadores em valores não monetários, respeitando a especificidade de cada área. Ademais, concluiu-se também que o modelo IBASE perdeu a cada ano mais adeptos, dificultando e impactando assim na coleta das informações.

A análise de maior foco do presente trabalho constitui-se na proposta de uma influência positiva dos indicadores de RSC nos indicadores sociais e econômicos. Após a análise estatística realizada, tal proposta é rejeitada. Os indicadores estatísticos apontam em uma não correção dos indicadores sociais com indicadores financeiros e ainda uma relação negativa entre indicadores sociais e econômicos.

Para agrupar todas as conclusões obtidas no presente trabalho, apesar de não ter sido possível assegurar que, apesar dos investimentos sociais não apresentarem influência em indicadores financeiros e apresentarem influência negativa no indicador econômico, a inspeção

dos relatórios demonstra que há uma preocupação por parte das organizações em divulgar suas ações voltadas à RSC, uma vez que o espaço destinado à este assunto ganha maior proporção no decorrer do período analisado.

Entende-se, portanto, que a gestão de RSC ainda está em desenvolvimento e que passa por uma fase de adaptação e entendimento. A busca por um posicionamento relacionado ao tema ainda é um assunto recente e as empresas nacionais possivelmente não endossaram o tema como um diferencial e componente de sua estratégia. A RSC é vista como um requisito de obrigação legal ou ações voltadas ao assistencialismo e caridade, não possuindo um perfil consolidado e nem conhecimento tangível dos benefícios futuros por parte das organizações. Apesar de não consolidada, a RSC vem apresentando destaque e as organizações buscam por políticas e ações voltadas ao assunto, a fim de criar um componente de estratégia, criação de valor e incorporação no portfólio.

Ressalta-se que esse estudo explorou um tema ainda em conformação na literatura e cujos resultados empíricos são controversos ou difusos, sendo que esta pesquisa ao abordar de forma diferenciada aos demais estudos empíricos a relação entre RSC e desempenhos financeiro e econômico trouxe novas perspectivas para a análise. Assim, não se postula nesses resultados afirmações perenes e universais, pois tais resultados só representam as empresas investigadas e restritas ao período analisado.

Novos estudos poderão continuar essa pesquisa, especialmente, na tentativa de atualizar e aumentar a base de dados para permitir uma análise longitudinal mais ampla. Outros estudos também poderão comparar os desempenhos financeiro e econômico de empresas com maiores níveis de RSC, a partir de modelos de análise discriminantes, enfim, há múltiplas oportunidades de pesquisa nesta temática.

Referências

- Alves, A., & Silva, G. (2004). A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 44(3), 20-29.
- Assaf, A. (2014). *Finanças Corporativas e Valor*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Bassetto, L. I. (2010). A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia - COPEL. *Gestão & Produção*, 17(3), 639-651.
- Braga, J. P., Araujo, M. B., Macedo, M. Á., & Corrar, L. J. (2011). Análise do impacto das mudanças nas Normas Contábeis Brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores

- econômico-financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 8(15), 105-128.
- Cabral, E. R., dos Santos, A. L. L., & Gomes, S. C. (2015). Responsabilidade Social e Ambiental e Desenvolvimento local Sustentável: O Caso do Projeto de Educação Ambiental e Patrimonial-PEAP. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 4(1).
- Cassol, A., Cintra, R. F., & da Luz, J. (2017). A Responsabilidade Social Corporativa e as Práticas de Gestão do Capital Intelectual Divulgadas por Empresas do Setor de Papel e Celulose. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade-GeAS*, 6(3), 74-86.
- Crisóstomo, V. L., Freire, F. d., & Parente, P. H. (2014). An analysis of corporate social responsibility in Brazil: growth, firm size, sector and internal stakeholders involved in policy definition. *Pensamiento y Gestión*, 37, 125-149.
- Ethos, Instituto (2011). Parcerias para uma sociedade responsável. *Conferência Internacional – Empresas e Responsabilidade Social*. Recuperado em 10 dezembro de 2018: http://www.ethos.org.br/CI/apresentacoes/apresentacoes_10-06/BeatGruninger-GestaoDeDialogos.pdf
- Fernández, L. V., Bertin, M. J., & Pineaur, F. V. (2015). Prácticas de Responsabilidad Social, Reputación Corporativa y Desempeño Financero. *Revista de Administração de Empresas*, 55(3), 329-344.
- Freguete, L. M., Nossa, V., & Funchal, B. (2015). Responsabilidade Social Corporativa e Desempenho Financeiro das Empresas Brasileiras na Crise de 2008. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(2), 232-248.
- Garcia, E., & Lopes, E. L. (2017). Proposição e validação de uma escala de mensuração de responsabilidade social corporativa na visão do consumidor. *Desafio Online*, 5(3).
- Guse, J. C., Rossato, M. V., Dörr, A. C., & da Silva, A. (2013). Sustentabilidade Empresarial de Grandes Empresas Brasileiras: Uma Análise da Dimensão Ambiental. *Desafio Online*, 1(3), 42-65.
- Gujarati, D. (2006). *Econometria Básica*. Rio de Janeiro: Campus.
- Hryniewicz, L. G. C., & Vianna, M. A. (2018). Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. *Cadernos EBAPE. BR*, 16(3), 331-344.
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. (2008). *Balanco Social, dez anos: o desafio da transparência*. Rio de Janeiro: IBASE.
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. (2016). *IBASE Home*. Recuperado em 12 dezembro, 2018, de <http://ibase.br/pt/>

- Instituto Ethos (2015). **Instituto Ethos**. Recuperado em 10 dezembro, 2018 de <http://www3.ethos.org.br/>
- Lang, M., & Maffett, M. (2011). Transparency and liquidity uncertainty in crisis periods. *Journal of Accounting and Economics*, 5(2), 101-125.
- Leite, F. S. F., de Figueirêdo Junior, H. S., & Crisóstomo, V. L. (2010, novembro). Aplicabilidade do retorno por empregado como indicador de desempenho das empresas. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*. Belo Horizonte, MG, Brasil, 25.
- Levitt, T. (1958). The dangers of Social Responsibility. *Harvard Business Review*, 36(5), 41-50.
- López, M. V., Garcia, A., & Rodrigues, L. (2007). Sustainable Development and Corporate Performance: A Study Based on the Dow Jones Sustainability Index. *Journal of Business Ethics*, 75(3), 285-300.
- Madariaga, J. G., & Cremades, F. R. (2010). Corporate social responsibility and the classical theory of the firm: Are both theories irreconcilable? *Innovar*, 20(37), 5-19.
- Moretti, S. L., & Campanário, M. d. (2009). A produção intelectual brasileira em Responsabilidade Social Empresarial – RSE sob a ótica da Bibliometria. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(Edição especial), p. 68-86.
- Nicolau, I., & Simaens, A. (2007). O impacto da Responsabilidade Social das Empresas na Economia Social. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 7(1), 68-76.
- Santos, D. F. L. (2012). Análise da rentabilidade de empresas varejistas: uma abordagem exploratória. *Organizações em Contexto*, 8(16), 121-148.
- Santos, A. P., & Silva Júnior, L. R. (2013). Balanço Social: uma análise comparativa dos Indicadores Sociais Internos e Indicadores Sociais Externos das Instituições Financeiras Caixa e Banco do Brasil 2002 a 2011. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, 2(4), 53-69.
- Santos., A. J., Santos, B. G., Ferreira, C. N., Oliveira, M. S., Souza, R. V., & Menezes, M. B. (2013). O papel dos benefícios e incentivos na satisfação do colaborador e nas estratégias das empresas. *Cadernos de Graduação*, 1(17), 31-44.
- Santos, W. (2017). Pessoas com deficiência e inclusão no trabalho na América Latina: desafios à universalização dos direitos. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 24(4), 839-854.
- Silva, E. A., Freire, O. B. D. L., & de Oliveira, F. Q. P. (2014). Indicadores de Sustentabilidade como Instrumentos de Gestão: Uma Análise da GRI, Ethos e ISE. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 3(2), 130-148.

- Silva, A. H., Marchi, J., Hörbe, T. D. A. N., & de Moura, G. L. (2015). Responsabilidade Social Corporativa e Estrutura Organizacional em Empresas Participantes do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP). *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 4(3), 57-72.
- Soares, S. V., Lanzarin, J., & Casagrande, M. D. (2010). Análise estatística do modelo IBASE de balanço social de uma empresa do setor de siderurgia. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 29(2), 27-39.
- Taiarol, S. M., Raimundini, S. L., & Behr, A. (2011). Indicadores Sociais Internos e a Geração de Valor Adicionado: uma Análise da Relação do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado em Bancos Brasileiros. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 1(2), 82-100.
- Teixeira, E. A., Nossa, V., & Funchal, B. (2011). O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco. *Revista de Contabilidade Financeira - USP*, 22(55), 29-44.
- Tupy, O. (2008). Investimentos em meio ambiente, responsabilidade social e desempenho econômico-financeiro de empresas no Brasil. *Revista de Estudos Politécnicos*, 6(10), 73-86.
- Vanalle, R. M., & Santos, L. B. (2014). Análise das práticas de sustentabilidade utilizadas na gestão da cadeia de suprimentos: pesquisa de campo no setor automotivo brasileiro. *Gestão & Produção*, 21(2), 323-339.
- Verlindo, J. A., & Campelo, R. G. (2018). A inserção dos negros no me A inserção dos negros no me inserção dos negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre e seu desempenho em períodos de crise. *Indicadores Econômicos FEE*, 42(4), p. 67-82.
- Welzel, E., Luna, M. M. M., Bonin, M. A. S., & Martins, C. B. (2017). Modelo da Dinâmica Interdisciplinar de Responsabilidade Social Corporativa: Contribuições Conceituais e Delimitação Teórica. *Revista de Administração da UFSM*, 10(4), 705-724.